



# TERMO ADITIVO

**COGEP - COMPANHIA DE GEOTECNOLOGIAS  
DO PARANA S/A**

**CNPJ: 08.969.569/0001-71**

**CURITIBA | 11.11.2024**

**TributoJusto**

## TERMO ADITIVO

Resolvem as partes, de um lado, **COGEP - COMPANHIA DE GEOTECNOLOGIAS DO PARANA S/A** pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 08.969.569/0001-71, Rua Oswaldo Cruz, nº 1635 – Centro, Campo Largo/PR, CEP 83.601-150, denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, **TRIBUTO JUSTO – MAW CONSULTORIA EMPRESARIAL E TRIBUTARIA LTDA**, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 38.661.672/0001-10, **TRIBUTO JUSTO - TECNOLOGIA, CONSULTORIA E AUDITORIA TRIBUTARIA LTDA**, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 51.979.018/0001-18; **TRIBUTO JUSTO - TJ SERVICES LTDA**, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 53.657.944/0001-00; **WHP - CONSULTORIA TRIBUTARIA E EMPRESARIAL LTDA**, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 30.317.269/0001-67 e **TRIBUTO JUSTO CERTIFICADORA LTDA**, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 55.905.652/0001-67, todas as empresas com sede à Avenida Anita Garibaldi, nº 2480 - São Lourenço, Curitiba/PR, CEP 82200-550, doravante denominadas simplesmente **CONTRATADAS**, de comum acordo, firmar o presente **“Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Tributária – INSS PATRONAL”**, doravante denominado **ADITIVO**, o qual é regido pelas seguintes cláusulas e condições:

As partes acima qualificadas, firmam entre si o presente Termo de Aditamento Contratual, com o intuito de **acrescentar** ao contrato originário as cláusulas que seguem.

Além das cláusulas que seguem, foram atualizadas as qualificações conforme expostas acima.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.2.** Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria tributária e administrativa na execução dos serviços, consistentes em:

**Item 1** – Análise, levantamento de dados e obtenção de documentos para apuração e recuperação de pagamentos efetuados indevidamente junto à Receita Federal do Brasil (RFB), a título de Contribuição Previdenciária Patronal e Contribuição para Terceiros (Sistema S) – INSS Patronal, com o objetivo de minimizar carga tributária sobre as seguintes verbas indenizatórias, conforme já esclarecido em parecer técnico apresentado:

#### I) Verbas A – Indenizatórias e não contributivas

- Atestados – 15 dias de afastamento
- Aviso prévio indenizado
- Salário educação
- Bônus de contratação (Hiring Bônus)
- PLR – Participação nos Lucros e Resultados
- Quebra de caixa
- Ajuda de custo
- Prêmios

#### II) Verbas B – Compliance da folha de pagamento

- Férias

- Férias vencidas
- Férias em dobro
- 1/3 de férias
- Reflexo de férias (vantagens e médias)
- Férias indenizadas em rescisão
- Férias gozadas

### III) Verbas C – Tema 163 STF

- Adicional noturno
- Adicional de insalubridade
- Horas extras

### IV) Verbas D – Recuperáveis com continuidade de contribuição

- DSR (descanso semanal remunerado)
- Adicional de periculosidade
- 13º salário pago na rescisão
- Comissão
- Gratificação

### V) Verbas E – Outras Entidades

- Senai, Sesc Sesi, Senac, Incra e Salário educação

**Item 3** - Orientação para a associação da **CONTRATANTE** à Associação Nacional dos Contribuintes de Tributos – ANCT e aproveitamento dos créditos por meio do procedimento compensatório, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, quando o objeto do presente se referir a todos os itens, em especial ao item E.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

**2.6.** A **CONTRATANTE** declara ciência que, nos casos em que o objeto do contrato constar o item E, que se refere ao período retroativo de cálculo das contribuições de terceiros, com amparo na Ação Coletiva da ANCT, além da cobrança dos honorários prevista na cláusula terceira, a associação à ANCT possuirá anuidade de um salário-mínimo.

**Parágrafo único.** A primeira anuidade será paga pelas **CONTRATADAS** e cobrada da **CONTRATANTE** quando da cobrança dos honorários da primeira compensação, sendo que as demais anuidades serão pagas pela **CONTRATANTE**.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS.

**3.2.** As **CONTRATADAS** se responsabilizam pelo acompanhamento dos procedimentos realizados em decorrência do objeto do contrato pelo prazo prescricional de 05 (cinco) anos, contados do último procedimento de recuperação realizado.

**Parágrafo único.** Os acessos necessários para o bom e fiel cumprimento do contrato, devem possuir validade de 05 (cinco) anos, contados do último procedimento realizado, especialmente o cadastro vigente da procuração eletrônica no e-cac, sendo que, através deste, as **CONTRATADAS** poderão acompanhar e monitorar os procedimentos por elas realizados.

## CLÁUSULA QUARTA – DEMAIS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

**4.6.** A **CONTRATANTE** declara ciência de que, para o aproveitamento dos créditos retroativos referente às Verbas E, deverá se manter associada à ANCT até o esgotamento dos créditos referentes a essas verbas.

**Parágrafo único.** Fica a critério da **CONTRATANTE** a continuidade na associação pelo período de 05 anos contados do último procedimento de recuperação realizado, com o fim de se resguardar em caso de possíveis solicitações de esclarecimentos da Receita Federal do Brasil.

## CLÁUSULA QUINTA – DA COMUNICAÇÃO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, NOTIFICAÇÃO E TERMO DE INTIMAÇÃO DA RECEITA FEDERAL

**5.1.** A **CONTRATANTE** se obriga a enviar às **CONTRATADAS** eventuais pedidos de esclarecimento, notificação ou termo de intimação recebida da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) ou poder judiciário para que então as **CONTRATADAS** realizem a análise técnica jurídica, contábil e fiscal.

**5.2.** Em caso de recebimento de notificações/intimações da Receita Federal, a comunicação entre as **PARTES** ocorrerá preponderantemente por e-mail, indicando-se, desde já, o seguinte endereço eletrônico das **CONTRATADAS**: [sabrina.silva@tributojusto.com.br](mailto:sabrina.silva@tributojusto.com.br).

**5.3.** A **CONTRATANTE** se obriga a encaminhar às **CONTRATADAS**, em até **48** (quarenta e oito) horas da ciência/leitura do ato, através do e-mail citado na cláusula 5.2., eventuais pedidos de esclarecimento, notificação e intimações provenientes da Receita Federal do Brasil (RFB), para que as **CONTRATADAS** possam realizar a análise técnica e os procedimentos necessários, no prazo estabelecido em lei.

**5.4.** A **CONTRATANTE** indicará seus respectivos endereços eletrônicos para comunicação no momento da coleta de informações pós assinatura do contrato.

**5.5.** As comunicações por e-mail serão consideradas recebidas no dia útil seguinte ao envio, a menos que a parte remetente receba uma notificação de falha na entrega.

**5.6.** As PARTES devem notificar-se mutuamente, por escrito, sobre qualquer alteração nos endereços de e-mail designados para comunicação.

**5.7.** Qualquer comunicação extraordinária deve ser enviada por e-mail e confirmada por escrito, pela via postal (CORREIOS AR-MP).

**5.8.** As PARTES devem manter a confidencialidade de todas as comunicações recebidas por e-mail, independentemente da marcada destacada de confidenciais.

**5.9.** As PARTES declaram expressamente responsabilizar-se, individualmente, pelo endereço e e-mail indicado por cada qual, inclusive quanto a titularidade condicionada de terceiro funcionário e/ou representante de qualquer natureza, acessibilidade, confidencialidade e proteção de dados.

**5.10.** Caso ocorra o descrito nos *itens* 5.1 e 5.2 desta cláusula, caberá às **CONTRATADAS** assumirem todas as respostas, defesas e recursos cabíveis, em fiscalização, auto de infração, execução fiscal e demanda judicial relacionado aos procedimentos por ela realizados.

**5.11.** No tocante às notificações, intimações e pedidos de esclarecimentos, caso não sejam cumpridos os *itens* 5.2 e 5.3, as **CONTRATADAS** não se responsabilizarão por eventuais reflexos ocasionados pelas tratativas diretas da **CONTRATANTE** com o órgão requerente (Receita Federal), bem como não se responsabilizarão pelos ônus causados.

**5.12.** As **CONTRATADAS** se comprometem a manter a **CONTRATANTE** informada sobre todas as respostas, defesas, recursos e ações propostas, comunicando-a da linha de defesa adotada e dos andamentos relevantes dos processos administrativos e judiciais.

**5.13.** As tratativas contidas neste item referem-se a todo e qualquer contato, seja ele telefônico, por e-mail, presencial, carta, dentre outros, perante a Receita Federal/Auditor/Órgãos do Poder Judiciário.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONFIDENCIALIDADE

**7.1.** As **PARTES** se comprometem a manter, sob absoluto sigilo e confidencialidade todos os estudos, relatórios, descrições técnicas, produtos, softwares, técnicas, estratégias, métodos de operação, pormenores, inovações, segredos comerciais, processos, arquivos eletrônicos, listagens de programa de computador, mensagens eletrônicas (e-mails), correspondências, dados econômico-financeiros, propostas comerciais, documentos administrativos, planilha de custos, contingências, planos estratégicos, demonstrações financeiras, dados sobre formação de preços, códigos fonte, dentre outros aqui não mencionados e quaisquer outros elementos, doravante denominadas **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, referentes às atividades das n, de empresas a ela ligadas e de seus clientes, as quais tiveram ou vierem a ter acesso em decorrência do presente contrato, sendo expressamente vedado às **PARTES** direta ou indiretamente, divulgar, ceder ou transferir, a qualquer título e por qualquer forma, as **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, sob pena de responsabilidade por perdas e danos;



**7.2.** Obrigam-se as **PARTES** a notificar prontamente as demais **PARTES** por escrito, anteriormente a qualquer divulgação em virtude de lei ou ordem judicial, ou ainda, na hipótese de ter havido uma divulgação não autorizada das **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**;

**7.3.** Este contrato vigorará com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018), sobre a qual as partes declaram ciência dos direitos, obrigações e penalidades estabelecidos. As **CONTRATADAS**, ainda, se obrigam a adotar todas as medidas adequadas para garantir a proteção dos dados e documentos da **CONTRATANTE**, em respeito à referida Lei;

**7.4.** As partes se comprometem a cumprir integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/2018 - LGPD) em todas as suas atividades relacionadas ao presente contrato.

**7.5.** As **CONTRATADAS** usarão os dados pessoais apenas para os fins estabelecidos no termo.

**7.6.** As **CONTRATADAS** devem adotar medidas para proteger os dados contra acessos não autorizados e incidentes.

**7.7.** Em caso de violação de dados, as **CONTRATADAS** deverão notificar as **CONTRATANTES** imediatamente.

**7.8.** Após o término do termo, as **CONTRATADAS** devem eliminar os dados, salvo obrigação legal para mantê-los.

**7.9.** A obrigação assumida pelas **PARTES**, nesta cláusula, prevalecerá por 05 (cinco) anos, ainda que não esteja mais vigente o presente instrumento, independentemente do motivo, comprometendo-se ambas as **PARTES**, quando assim solicitada pela outra, a imediatamente devolver quaisquer cópias, em qualquer meio, das **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** que estejam em seu poder.

## CLÁUSULA OITAVA- DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

**8.1.** As **PARTES** se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

**8.2.** As **CONTRATADAS** se obrigam ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiverem acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

**8.3.** Encerrada a vigência do contrato, as **CONTRATADAS** interromperão o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela **CONTRATANTE** e, em no máximo trinta dias, eliminarão os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando tenham que manter os dados para o cumprimento de obrigação legal.

Curitiba, 11 de novembro de 2024.

## CONTRATANTE

---

**COGEP - COMPANHIA DE GEOTECNOLOGIAS DO PARANA S/A**

CNPJ sob o nº 08.969.569/0001-71

## CONTRATADAS



---

**TRIBUTO JUSTO - TECNOLOGIA, CONSULTORIA E AUDITORIA TRIBUTÁRIA LTDA** - CNPJ nº 51.979.018/0001-18

**TJ SERVICES LTDA** - CNPJ nº 53.657.944/0001-00

**WHP - CONSULTORIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL LTDA** - CNPJ nº 30.317.269/0001-67

**TRIBUTO JUSTO CERTIFICADORA LTDA** - CNPJ nº 55.905.652/0001-67

**TRIBUTO JUSTO – MAW CONSULTORIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL LTDA** – CNPJ nº 38.661.672/0001-10